



Universidade de Brasília
Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**O TRABALHO DO PROFESSOR NA ESTIMULAÇÃO DE UMA
CRIANÇA COM PARALISIA CEREBRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

LUMA MAIRA VIEIRA

ORIENTADOR(A): Prof. Dra. Mírian Barbosa Tavares Raposo

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

LUMA MAIRA VIEIRA

**O TRABALHO DO PROFESSOR NA ESTIMULAÇÃO DE UMA
CRIANÇA COM PARALISIA CEREBRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Prof. Dra. Mírian Barbosa Tavares Raposo

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

LUMA MAIRA VIEIRA

O TRABALHO DO PROFESSOR NA ESTIMULAÇÃO DE UMA CRIANÇA COM PARALISIA CEREBRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em ___/___/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

MÍRIAN BARBOSA TAVARES RAPOSO (Orientadora)

NOME DO EXAMINADOR (Examinador)

LUMA MAIRA VIEIRA (Cursista)

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família e aos alunos que já tive e tirei ao longo de minha
carreira no Magistério.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e pela perseverança que me destes ao longo de toda essa jornada profissional. Agradeço à minha família por me apoiar e me auxiliar sempre.

RESUMO

Os estudos acerca do tema consistem, inicialmente, em conceituar a Educação Infantil e buscar na legislação as bases para inclusão, além de apresentar suas particularidades e necessidades da criança nesta faixa etária, enquanto um indivíduo em desenvolvimento. A compreensão sobre as particularidades da pessoa com deficiência intelectual se faz necessária para reconhecer as áreas comprometidas por esta deficiência e as possibilidades que esta criança, como outras, têm de desenvolver-se integralmente, socializar-se e aprender. Assim a busca de práticas pedagógicas em materiais de orientação e através da prática em sala de aula guiará as possíveis conclusões acerca do tema.

Palavras-Chave: Educação Infantil – Paralisia Cerebral – Estimulação – Professor de Educação Especial

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL	11
2.1.1 INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	12
2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA	12
2.3 PARALISIA CEREBRAL	15
2.4 ATENDIMENTO À CRIANÇA COM PARALISIA CEREBRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL	17
3 OBJETIVOS	19
3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
4 METODOLOGIA	20
4.1 CONTEXTO DE PESQUISA	20
4.2 PARTICIPANTES	20
4.3 INSTRUMENTOS DE CONTRUÇÃO DE DADOS	21
4.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	21
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	26
ANEXOS	28
ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA	28
ANEXO 2 – ENTREVISTA – TRANSCRIÇÃO	28

ANEXO 3 – ACEITE INSTITUCIONAL	35
ANEXO 4 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	36

1 APRESENTAÇÃO

Pedagoga há cinco anos, porém, atuante na Educação há oito anos considero este um momento de amadurecimento profissional onde, atuando na Educação Infantil do município pude perceber a falta de preparo e acolhimento dos professores quando a proposta é atender uma criança com paralisia cerebral. Inicialmente as famílias são resistentes à inclusão, porém acredito que haja falta de credibilidade no trabalho docente, pois as poucas práticas já existentes não apresentam resultados satisfatórios em relação à estimulação nesta faixa etária, sendo assim, as crianças que necessitam deste apoio frequentam apenas a unidade Apae da cidade.

A compreensão sobre as particularidades da pessoa com paralisia cerebral se faz necessária para reconhecer as áreas comprometidas por esta deficiência e as possibilidades que esta criança, como outras, têm de desenvolver-se integralmente, socializar-se e aprender. Assim a busca de práticas pedagógicas em materiais de orientação e através da prática em sala de aula guiará as possíveis conclusões acerca do tema.

A escolha do tema deu-se devido à importância do processo de inclusão no âmbito Educacional. Registros mostram práticas inclusivas na rede regular de ensino a partir da primeira etapa do Ensino Fundamental, porém a Educação Infantil é à base do processo de socialização e desenvolvimento intelectual e, desta forma, se faz necessária que esteja preparada para receber os alunos com deficiência.

No município onde resido sinto a defasagem de práticas inclusivas nesta faixa etária, tanto de crianças frequentando a Educação Infantil e, as poucas que participam, não participam de práticas destinadas, especificamente, às suas particularidades.

Para a realização deste trabalho duas estratégias foram fundamentais: o levantamento bibliográfico para discutirmos os registros sobre o tema desenvolvidos até o momento; e a entrevista com uma profissional de educação especial da Apae, para buscar informações a respeito da vivência de uma criança com Paralisia Cerebral.

A entrevista objetivou encontrar práticas fundamentais para o desenvolvimento desta criança na fase de educação infantil e, principalmente em seu momento de socialização e aprendizagem formal, quando inicia seu processo escolar.

Desta forma é importante considerar que a inclusão na educação infantil se faz necessária, fazendo com que esse aluno aprenda com os outros, que observe as ações dos colegas e veja as possibilidades existentes ao seu redor e, ainda, que possa contribuir com o grupo com sua intervenção.

O trabalho nas instituições especiais é muito importante, pois é nesses espaços que esses alunos terão respaldo em áreas da saúde que são essenciais ao seu desenvolvimento, porém sua privação ao ambiente social real (qual irá frequentar em sua idade adulta) pode acarretar diminuição de suas possibilidades relacionais e intelectuais (pois a diversidade possibilita construção de conhecimento).

Assim Helen Bee (2003) na obra *A criança em desenvolvimento* nos explica que há possibilidade de aumento da capacidade do sistema cerebral à medida que, nos primeiros anos de vida, as sinapses sejam realizadas efetivamente. Sendo essas ligações realizadas desde os primeiros meses de vida a capacidade cerebral será cada vez mais eficiente.

2 A CRIANÇA COM PARALISIA CEREBRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para compreendermos a criança com paralisia cerebral na educação infantil é preciso investigarmos esse processo educacional e a deficiência específica. Com enfoque na educação inclusiva este capítulo busca apresentar a legislação e as práticas necessárias para esta ação nas escolas de ensino regular e as particularidades da fase de educação infantil.

2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

Piaget é um importante teórico que organizou os estágios do desenvolvimento dentre eles os que integram a primeira infância são o sensório motor e o pré-operacional (2009). O primeiro estágio dura aproximadamente até os dois anos de idade, onde a criança explora o ambiente e os objetos através de suas experiências corporais; o segundo estágio (pré-operacional) inicia-se por volta dos dois anos e estende-se até os sete anos, nesta fase ocorre o surgimento da linguagem e do símbolo e, concomitantemente, o pensamento ou a representação.

Pieczkowski e al (2006) nos apresenta a importância da estimulação nessas fases do desenvolvimento para que possa atingir um estágio posterior:

Sabe-se, atualmente, que a estimulação que a criança recebe desde o nascimento e perdura em seus primeiros meses de vida é indispensável, pois este período é considerado sensível ao desenvolvimento humano. Porém, Silva (1996), afirma que todos os momentos são propícios à estimulação, e que não são somente as crianças com atraso no desenvolvimento que necessitam ser estimuladas. A estimulação é um processo que permite à criança atingir novas fases de desenvolvimento, porque propicia que ela experimente e conviva com pessoas que a cercam, gerando experiências enriquecedoras. (Pieczkowski et al, 2005, p. 3)

Pieczkowski (2005) nos apresenta que as relações sociais são determinantes para que a criança passe de um estágio para o outro em seu desenvolvimento. Desta forma, baseado nas pesquisas de Buhler, Vigotski explica que o ser orgânico e psíquico determina o grau de desenvolvimento humano:

“As observações detalhadas de crianças durante o primeiro ano de vida, feitas por Charlotte Buhler, vieram apoiar essa conclusão”. C. Buhler já encontrou as primeiras manifestações de inteligência prática em crianças de 6 meses de idade. Entretanto, não é somente o uso de instrumentos que se desenvolve nesse ponto da

história de uma criança; desenvolvem-se também os movimentos sistemáticos, a percepção, o cérebro e as mãos - na verdade, o seu organismo inteiro. Em consequência, o sistema de atividade da criança determinado em cada estágio específico, tanto pelo seu grau de desenvolvimento orgânico quanto pelo grau de domínio no uso de instrumentos. (Vigotski, 1991, p. 18)

Desta forma, segundo o RCNEI (1998) nos apresenta a importância da instituição de educação infantil para o desenvolvimento da criança, como um ambiente onde a criança se sinta protegida e acolhida. Este ambiente também precisa ser desafiador para propiciar a construção e ampliação de conhecimentos

2.1.1 INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

As instituições de Educação Infantil surgiram após a entrada da mulher no mercado de trabalho, sendo necessário um estabelecimento para o cuidado com a criança. Desta forma, Carneiro (2012), apresenta como ocorreu no Brasil:

A história da educação infantil no Brasil nos remete ao surgimento das creches, vinculadas à história da mulher trabalhadora, caracterizando-se como uma instituição substituta do lar materno. Durante o final do século XIX e início do século XX, essa concepção assistencialista prevaleceu e o caráter educacional dessa faixa etária foi desconsiderado.

O estabelecimento da educação infantil como um direito de todas as crianças só foi reconhecido com a Constituição Federal de 1988 e com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. (Carneiro, 2012, p. 84)

Segundo RCNEI (1998), a educação precisa ser democrática e respeitar a diversidade: “Essa diversidade inclui não somente as diversas culturas, os hábitos, os costumes, mas também as competências, as particularidades de cada um.” (p. 35) Desta forma o RCNEI (1998), nos apresenta que a educação inclusiva é benéfica para as crianças, a medida que podem participar das diversas atividades culturais e de aprendizagem, sempre respeitando as diferenças e aprendendo uns com os outros.

2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Segundo Venturini (2013) inclusão escolar refere-se a toda luta contra exclusões dentro do processo educativo, partindo do princípio que todos são capazes de aprender e têm direito à aprendizagem, independente de suas particularidades. Desta forma as instituições

educacionais precisam moldar-se e desenvolver práticas e mudanças físicas que atendem a individualidade de cada aluno.

Beyer (2006) nos explica a formulação do conceito de inclusão e data o início de seu desenvolvimento como proposta institucional:

A Educação Inclusiva surgiu, ou, melhor posto, evoluiu como conceito e proposta institucional, ao longo dos anos 90, particularmente com os avanços provocados pelos dois encontros internacionais, que marcaram as discussões correspondentes. Esses encontros foram a Conferência Mundial de Educação Para todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em 1994, em Salamanca, na Espanha, de onde se originou o importante documento Declaração de Salamanca. (Beyer, 2006, p. 85)

Segundo Beyer (2006) o modelo que vigora nas instituições é a integração escolar à medida que exigem que os alunos com deficiências se adequem ao modelo e as exigências escolares de currículo e práticas, desconsiderando as diferenças. Este modelo de integração é datado dos anos 60, quando as primeiras práticas inclusivas foram difundidas, porém ainda vemos a integração fazer parte do processo de escolarização.

O projeto pedagógico inclusivo busca escapar dessa dicotomia, ou seja, objetiva não produzir uma categorização “alunos com e sem deficiência, com e sem distúrbios, com e sem necessidades especiais” (a adjetivação é ampla e flutuante, conforme os vários diagnósticos possíveis). Para tal abordagem educacional, não há dois grupos de alunos, porém apenas as crianças e adolescentes que compõem a comunidade escolar e que apresentam as necessidades mais variadas. (Beyer, 2006, p. 88).

Segundo Mantoan (2006), no Brasil nas décadas de 60 e 70 as propostas de atendimento escolar aos alunos com necessidades especiais tinham o objetivo de socializá-los e dar o mesmo direito que os demais membros da sociedade. Desta forma nos apresenta o modelo de inclusão que contrapõe essa integração que ainda vemos no modelo escolar atual:

Com vistas a se contrapor ao referido modelo, o objetivo na inclusão escolar é tornar reconhecida e valorizada a diversidade com condição humana favorecedora da aprendizagem. Nesse caso, as limitações dos sujeitos devem ser consideradas apenas como uma informação sobre eles que, assim, não pode ser desprezada na elaboração dos planejamentos de ensino. A ênfase deve recair sobre a identificação de suas possibilidades, culminando com a construção de alternativas para garantir condições favoráveis à sua autonomia escolar e social, enfim, para que se tornem cidadãos de iguais direitos. (Mantoan, 2006, p. 40)

Para Schipper (2008) não há como pensar a inclusão educacional quando ainda damos ênfase no caráter biológico da deficiência com a pretensão de reabilitação para que o processo educacional tenha sucesso. Esta visão propõe que o aluno está inadaptado para o ambiente escolar, comparando desempenhos com escalas de desenvolvimentos normais.

Desta forma Schipper (2008), baseia-se nos estudos de Vygotsky apresentando que cada criança tem sua estrutura psicológica e as relações sociais serão desenvolvidas por cada uma de determinada maneira. Sendo assim a escola precisa primar por desenvolver o raciocínio, a linguagem, atenção e outras estruturas superiores do pensamento, de acordo com a individualidade.

Práticas como estas se iniciaram, de maneira tímida, dentro do processo educacional em nosso país. É possível observar, segundo Santana (2010), a ressignificação das práticas pedagógicas como ação necessária no trabalho de inclusão. As aulas de matemática realizadas na pesquisa de Santana (2010), nos mostram que docente e aluno criaram códigos para apresentar os resultados pertinentes ao aprendizado da contagem, quantificação e interpretação das ações realizadas também pelos colegas.

A inclusão está vigente na LDB, a fim de promovê-la no processo educacional brasileiro garantindo aos pais e alunos o direito de matrícula na rede regular de ensino:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Porém a legislação permite apenas a entrada do aluno na escola, a garantia de inclusão, de fato, permeia as práticas existentes no âmbito escolar, desta forma, envolvendo gestores, funcionários, professores e comunidade. A inclusão educacional precisa valorizar todas as formas de pensamento, ações, realizações, avaliações, colaborações e, principalmente o respeito a todos os estudantes.

Segundo Vigostki (2011), a criança com deficiência intelectual apresenta capacidade de aprender assim como as demais. Assim apresentamos a seguir, segundo Martins (2008), que a criança com paralisia cerebral pode participar ativamente de seu processo de escolarização, juntamente com seus colegas que não apresentam a lesão cerebral.

2.3 PARALISIA CEREBRAL

Martins (2012, p. 63) define a Paralisia Cerebral: “encontra-se descrita como uma perturbação do controle neuromuscular, da postura e do movimento resultante de uma lesão estática, que afeta o cérebro durante o período de desenvolvimento”.

A paralisia cerebral (PC) representa um grupo de distúrbios não progressivos do encéfalo imaturo que causam modificações no desenvolvimento do movimento, tônus e postura e resultam em limitações funcionais. Além disso, ela é frequentemente acompanhada por desordens sensitivas, cognitivas, perceptivas, comportamentais, convulsivas e de comunicação (1). Todas essas alterações podem dificultar a realização de tarefas escolares e atividades funcionais frequentemente

realizadas por crianças típicas e influenciar na participação social (2), como, por exemplo, frequentar uma escola regular. (de Souza ES, Camargos ACR, de Ávila NCI, Siqueira FMS., 2011, p. 410)

Segundo Ferraz (2008), a Paralisia cerebral não é uma doença, mas uma lesão cerebral que pode decorrer de alguma situação que o passa antes, durante ou em seus primeiros dias de nascimento. A pessoa com paralisia cerebral pode apresentar características de leve a moderada, onde a primeira apresenta pouco controle dos movimentos e a última pode levá-lo a falta total de controle de seus movimentos, não significando incapacidade na aprendizagem.

Sobre a capacidade de aprendizagem do aluno com Paralisia Cerebral, Ferraz (2008), nos apresenta:

Experiências bem sucedidas demonstram que os mesmos podem avançar no processo educacional tanto quanto qualquer aluno. Para isso é preciso buscar métodos e recursos adequados às suas necessidades de aprendizagem. (Ferraz, 2008,p. 8)

Para Vigotski (2011) as crianças com deficiência se desenvolvem assim como as demais, porém precisam de “caminhos alternativos” para que possam desenvolver-se, esta realidade é chamada de compensação onde o professor precisa se munir de materiais destinados a estimulação das potencialidades que o aluno pode apresentar.

Vigotski (2011) explica que não devemos esperar que uma criança com deficiência aprenda ou desenvolva-se pelos caminhos naturais que uma criança sem deficiência irá traçar. A criança com deficiência precisa de intervenção, se faz necessário realizar um trabalho cultural que irá ensiná-la através das funções que é capaz de realizar. Essa prática gera uma compensação, pois a função que deveria ser utilizada, como falar (o paralisado cerebral muitas vezes perde essa função), é substituída por gestos, sinais.

Para Ferraz (2008), é preciso entender “como o aluno pensa, elabora significados e que caminhos diferentes podem ser utilizados para que ele tenha a oportunidade de avançar na construção do conhecimento e na escolaridade” (p. 10)

Assim Vigotski defende o desenvolvimento cultural como a compensação das deficiências: “o desenvolvimento cultural é a principal esfera em que é possível compensar a deficiência. Onde não é possível avançar no desenvolvimento orgânico, abre-se um caminho sem limites para o desenvolvimento cultural”. (2011, p. 869)

Ao analisar a pesquisa de Santana (2010) compreendemos que ao trabalhar com mecanismos e metodologias específicas ao aluno com deficiência intelectual o professor

conseguiu chegar à aprendizagem do aluno, de maneira diferente dos demais, a partir do retorno que ele foi capaz de apresentar. Seu trabalho foi realizado de maneira que aluno pudesse realizar gestos para informar as quantidades, nas aulas de matemática, contagem e operações e, ainda, compreender as observações de seus colegas.

A implementação de estratégias pedagógicas diferenciadas, na intervenção com alunos com PC, pode ser coadjuvada pelo suporte que as tecnologias de informação e comunicação (TIC) representam nas adaptações/adequações curriculares. A introdução de sistemas de comunicação alternativa/aumentativa (sempre que se revelarem facilitadores) deverá ser considerada o mais precocemente possível, atendendo a que a sua funcionalidade representa o sustentáculo de onde emergirão, quer as interações sociais, quer todo o referencial ao nível das aprendizagens formais e informais. (Martins, 2012, p. 64)

Segundo Pieczkowski (2006), a criança que apresenta deficiência intelectual precisa de estímulos constantes desde os primeiros anos de vida e precisa ter na educação infantil apoio para a realização dos mesmos. Observaremos, a seguir, a importância e necessidade desses estímulos no atendimento da educação infantil.

2.4 ATENDIMENTO À CRIANÇA COM PARALISIA CEREBRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para crianças com paralisia cerebral a Primeira Infância é o momento de vivenciar estimulações constantes, pois esta abrange um leque de oportunidades para desenvolver-se integralmente: física, intelectual, emocional e socialmente.

Gil (2009) nos apresenta a importância das ferramentas de reforço que podem compensar a deficiência:

O estímulo tem de ser oferecido também como reforço ao seu desenvolvimento cognitivo. Esse reforço são as ferramentas da cultura, que podem compensar a deficiência. Para que possam de fato aprender, contudo, necessitamos mudar nossa atitude em relação a essas pessoas. (Gil, 2009, p. 4)

O trabalho nas instituições especiais é muito importante, pois é nesses espaços que esses alunos terão respaldo em áreas da saúde que são essenciais ao seu desenvolvimento, porém sua privação ao ambiente social real (qual irá frequentar em sua idade adulta) pode

acarretar diminuição de suas possibilidades relacionais e intelectuais (pois a diversidade possibilita construção de conhecimento).

Assim Helen Bee (2003) na obra *A criança em desenvolvimento* nos explica que há possibilidade de aumento da capacidade do sistema cerebral à medida que, nos primeiros anos de vida, as sinapses sejam realizadas efetivamente. Sendo essas ligações realizadas desde os primeiros meses de vida a capacidade cerebral será cada vez mais eficiente.

Para Vigotski apud Pieczkowski a mediação se faz necessária no processo de aprendizagem à medida que leva a criança a atingir sua zona de desenvolvimento proximal, desenvolvendo outras habilidades que vão além daquelas que já possui.

Desta forma, de acordo com o embasamento teórico é possível fazer a junção entre teoria e prática em relação à criança com paralisia cerebral na educação infantil. A lei ampara as famílias que procuram os direitos de seus filhos frequentarem a escola regular de ensino provendo a matrícula e sugerindo ações a serem realizadas na escola.

Entretanto é preciso que um longo caminho seja percorrido para que as práticas dentro de sala de aula possam, de fato, atender a criança em sua individualidade respeitando suas limitações e sua deficiência, visando as práticas sociais, culturais e o desenvolvimento do indivíduo.

3 OBJETIVOS

Investigar a Paralisia Cerebral e apresentar a importância do trabalho de estimulação às crianças atendidas, no processo de inclusão, na Educação Infantil da rede regular de ensino.

3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- * Compreender as transformações necessárias às práticas pedagógicas para atender a criança com paralisia cerebral.
- * Apresentar a teoria das compensações de Vigotski e sua relevância para o processo de inclusão.

4 METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa visa à busca de informações do cotidiano dos sujeitos, buscando suas experiências como fontes de dados científicos (ALVES, 1992). Nesse capítulo apresentaremos uma síntese dos caminhos metodológicos qualitativos percorridos nesse estudo, o que envolve: contexto da pesquisa, participantes, os instrumento e estratégias de construção dos dados e as estratégias de análise dessas informações.

4.1- CONTEXTO DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada na Apae do município de Barretos-SP. O estabelecimento, fundado no ano de 1975, conta com 11 salas entre as quais atendem alunos cadeirantes, idosos, jovens e crianças ainda na primeira infância, totalizando 230 atendidos.

Seu espaço físico dispõe, além das salas, de banheiro para uso corriqueiro dos alunos e, ainda um espaço para banho. Refeitório amplo com as adaptações necessárias ao atendimento, aparelhos para trabalhar exercícios físicos, uma ampla horta com galinheiro (projeto da Apae, onde os jovens plantam, colhem) e, ainda, um ambulatório onde os alunos têm os atendimentos específicos como fisioterapia, fonoaudiologia, psicológico, ocupacional e dentário. A Apae conta, também, com Assistência social e enfermeiras. O atendimento ambulatorial estende-se aos alunos com deficiência inseridos na rede pública de ensino, com acompanhamento permanente para que a inclusão do município tenha suporte técnico para trabalhar com os alunos.

4.2- PARTICIPANTES

A entrevista foi realizada com uma professora que reside no município de Barretos e atua na instituição educação especial Apae e no APE (atendimento pedagógico especializado) das escolas municipais da rede regular de ensino. A professora atua há 29 anos na Educação Especial, na Apae e há 14 anos nas salas e recurso do município e Estado.

É formada em Pedagogia e magistério para deficiência mental, além de Psicopedagogia, Neuropsicopedagogia e Educação Especial. A professora nos relatou sua prática em ambos os trabalhos que realiza, assim como a importância da família e as transformações na prática pedagógica para uma inclusão de qualidade.

4.3- INSTRUMENTOS DE CONTRUÇÃO DE DADOS

A entrevista é uma das modalidades da análise de dados qualitativa e, segundo FRASER (2004), permite valorizar as práticas dos sujeitos, suas opiniões e sua forma de ver o mundo. “Deste modo, a entrevista dá voz ao interlocutor para que ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o entrevistador e em um processo de influência mútua produz um discurso compartilhado pelos dois atores: pesquisador e participante” (FRASER, 2004, p. 140)

A entrevista nos coloca frente à realidade do trabalho com a criança, família e instituição. Ao elaborar as questões consideramos a experiência da professora entrevistada e demos abertura para que ela apresentasse sua prática pedagógica, suas angústias e gratificações no trabalho.

A entrevista foi realizada na sala de aula da professora, na instituição de ensino Apae, sendo possível estar em contato com os materiais utilizados na rotina de estimulação e com o espaço onde é desenvolvida.

4.4- PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados foi realizada a partir de todo o relato da professora durante a entrevista, sendo possível organizar as seguintes categorias:

1. Estimulação Individual
2. Participação familiar no processo escolar
3. Considerações sobre a inclusão

Os objetivos da pesquisa foram alcançados por meio da análise e reflexão dos dados e da fundamentação teórica desse estudo, que contribuiu para embasar a prática pedagógica relatada na entrevista.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa nos permitiu, por meio da entrevista, entrar em contato com uma prática pedagógica desenvolvida com crianças com deficiência intelectual na fase da educação infantil, especificamente uma criança com paralisia cerebral. Por meio deste estudo foi possível perceber a importância da instituição de educação especial no momento de estimulação destas crianças que, em muitos casos, pode ir além da educação infantil.

A professora afirma que sua estratégia de trabalho principal gira em torno do atendimento individual dos alunos com deficiência intelectual, que necessitam desenvolver atenção, para que outras áreas de seu desenvolvimento sejam exploradas com efetividade. Dentro do trabalho individual ela necessita de integrar toda a turma, fazendo com que o momento de atividade direcionada a um aluno tenha a colaboração dos demais.

A esse respeito Pieczkowski (2006), afirma que o trabalho de estimulação é individual, a medida que cada criança necessita desenvolver potencialidades específicas de acordo com a lesão causada pela deficiência: “Por isso, é necessário que os programas de Estimulação Essencial variem de uma criança para outra, procurando sempre proporcionar situações em que ela seja desafiada a ampliar suas capacidades, objetivando sempre seu melhor desenvolvimento.” (Pieczkowski, 2006, p. 3)

A professora considera que no trabalho com crianças com deficiência não se pode estabelecer, a priori, um limite de tempo para a execução das tarefas ou para oferecer as respostas aos estímulos apresentados a ele. Acredita que cada aluno se desenvolve em seu tempo, e chega ao seu próprio limite, não podendo ser comparada com outras crianças.

Para Martins (2012), o maior desafio da educação e, principalmente, dos professores é trabalhar com a diversidade encontrada nas salas de aula. Com o advento da inclusão esta situação se torna ainda mais complexa, pois além da diversidade esses alunos apresentam necessidades especiais, tanto pessoais como de aprendizagem. Desta forma, o professor precisa ter em mente que a implementação de “tipos de resposta diferenciados, de acordo com as necessidades individuais de cada um dos seus alunos”, precisam ser aplicadas ao trabalho pedagógico.

De acordo com a professora entrevistada a criança com deficiência intelectual tem a idade mental diferente da cronológica, sendo necessário sempre adaptar ou reorganizar as atividades a serem trabalhadas. Ela nos explica que a deficiência pode afetar as funções

motoras, cognitiva e/ou de linguagem. Considera, no entanto, que o trabalho de estimulação pode permitir que esses alunos se comuniquem, brinquem e aprendam, de acordo com suas necessidades.

Por meio dos estudos de Vigotski (1997), podemos identificar que fez uma defesa fundante àquela época e para os dias atuais: sobre a importância de compreender o aluno com deficiência como indivíduo social que, dependendo das mediações recebidas em seu ambiente físico e social, poderá acionar mecanismos compensatórios, que entram em conflito com o meio externo, para promover a maximização de sua aprendizagem. (OLIVEIRA, 2008, p. 2)

A professora relata que já alfabetizou criança com deficiência intelectual e que o trabalho realizado na rede regular de ensino permite dar continuidade ao processo de alfabetização e aprendizagem posteriores, amparados por profissionais especializados que tenham um planejamento individual e com objetivos definidos.

De acordo com o seu relato, os alunos atendidos desde a educação infantil demonstram mudança significativa em um período e aproximadamente um ano, uma vez que são estimulados, diariamente nas atividades pedagógicas e nos atendimentos da equipe multidisciplinar.

A professora relata que o trabalho de estimulação, na educação infantil, é realizado por meio do lúdico, explorando cantigas, brinquedos, histórias e outras atividades que envolvem a criação e exploração de materiais diversos. Após este trabalho, quando a criança é capaz de comunicar e desenvolver a linguagem (seja de sinais, gestos ou ações contextualizadas), inicia seu processo de alfabetização e, a partir disso, podem dar continuidade na escola regular.

Em suas diferentes manifestações, os brinquedos, as brincadeiras, os jogos surgem e integram períodos históricos, sendo seus papéis aparentemente modificados pelo processo de desenvolvimento dos povos. (SANTA CATARINA, 2009). Desta forma o material, desenvolvido pelo município de Santa Catarina, nos apresenta a necessidade de criarmos materiais pedagógicos adaptados para o trabalho na educação especial a partir das necessidades individuais das crianças atendidas, no momento de estimulação tátil, visual, motora, auditiva e social.

A professora ressalta, ainda, as diferentes evoluções das crianças quando os pais estão envolvidos e fazem parte de todo o processo pedagógico, seja na estimulação ou na escola. De acordo com ela o envolvimento da família auxilia na autoestima e na concretização das ações necessárias ao desenvolvimento da criança.

De acordo com Voivodic (2002), a família tem papel fundamental nos anos iniciais da vida da criança para seu desenvolvimento cognitivo. As relações fraternais são laços fortes e determinantes na formação social: “São as primeiras experiências emocionais e de aprendizagem, vivenciadas nas relações com os pais, que serão responsáveis pela formação da identidade e, em grande parte, pelo desenvolvimento da criança.” (Voivodic, 2002, p. 32)

Desta forma é possível considerar a importância da instituição de educação especial como ambiente destinado ao desenvolvimento da criança com deficiência intelectual, com vistas a sanar suas lesões no atendimento pedagógico e multidisciplinar individualizado e, ainda, o acompanhamento da família na efetivação das ações desenvolvidas pela instituição. A medida que recebe uma estimulação de qualidade na fase de educação infantil a criança apresenta condições de participar de práticas inclusivas e desenvolver sua aprendizagem de maneira significativa e efetiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada é possível compreender a importância da estimulação na fase inicial de escolarização da criança com deficiência intelectual, onde o trabalho a ser realizado objetiva desenvolver suas potencialidades e, principalmente, sanar as dificuldades motoras, cognitivas e de linguagem.

Ao participar de um processo de educação infantil de qualidade, a criança com deficiência intelectual poderá ser capaz de criar maneiras alternativas de aprender. Quando pensamos em criança consideramos que cada ser é único e capaz de desenvolver-se além de si mesmo, comparando sua situação real ao estágio que pode atingir.

É possível analisar que o trabalho na instituição de educação especial é de suma importância para a estimulação dessa criança, tanto pedagógica como multidisciplinar. Além disso, percebe-se que neste momento a família poderá aprender sobre a deficiência de seu filho, sobre suas potencialidades a partir do respaldo de uma equipe que trabalha áreas específicas do desenvolvimento e que assegure um tratamento individual nas questões emocionais e pedagógicas.

Passada essa fase inicial, quando a criança se desenvolve, comunica e aprende a aprender com mais autonomia é o momento de pensar na inclusão, na inserção da criança na rede regular de ensino, terá a oportunidade de vivenciar a diversidade, o respeito e as possibilidades do ser humano, enquanto jovem e, posteriormente, na vida adulta.

Neste momento da escolarização o trabalho individualizado ainda precisa estar presente nas estratégias didáticas, pois todo e qualquer aluno precisa desse acompanhamento e, principalmente, a criança com deficiência intelectual que cria outros meios para aprender e para comunicar-se.

As estratégias para a inclusão são diversas e possíveis de serem desenvolvidas em diversos ambientes, como sala de recursos, sala de aula, quadra de esportes, entre outros espaços pedagógicos necessários à aprendizagem, valorizando a heterogeneidade como ponto de partida para que esta ocorra de fato.

REFERÊNCIAS

- BEE, H. **A criança em Desenvolvimento**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. MEC/SEF. Brasília – DF: 1998.
- PASQUALINI, J. C. **Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a educação escolar de 0 a 6 anos: desenvolvimento infantil e ensino em Vigotski, Leontiev e Elkonin**. FAPESP: São Paulo, 2006.
- PENA, G. **A deficiência intelectual em indivíduos com síndrome de Down é consequência de privação cultural, não uma determinação genética**. 2009.
- VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. Martins Fontes Editora Ltda. São Paulo – SP, 1991
- PIECZKOWSKI, T. M. Z; DE LIMA, A. F; RUOFT, T. **Estimulação Essencial em crianças com necessidades especiais de zero a três anos**. Revista Educação Especial, nº 27. Santa Maria – Brasil, 2006.
- CARNEIRO, R. U. C. **Educação Inclusiva na Educação Infantil**. Práxis Educacional, v 8, nº 12. Vitória da Conquista, 2012.
- VENTURINI, A, M; SANTIAGO, M. C; **Dimensões de inclusão em educação: o desafio de garantir o direito à aprendizagem e à participação**. Seminário Internacional de inclusão em educação. Rio de Janeiro – RJ, 2013.
- OTTO, H. B. **Educação Inclusiva ou Integração Escolar? Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas**. Ensaios Pedagógicos, MEC/SEE. Brasília – DF, 2006.
- SCHIPPER, C. M. **Programa de alfabetização para alunos com deficiência intelectual com ênfase fonológica e multissensorial**. Programa de desenvolvimento educacional, SEED. Paraná, 2008.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.
- PEREIRA, J. E. **A infância e a deficiência intelectual: algumas reflexões**. IX ANPED SUL, 2012.

BRASIL. Congresso Nacional; Câmara dos Deputados. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 11º ed. Brasília – DF, 2015.

MARTINS, Catarina; LEITÃO, Letícia. **O Aluno com paralisia cerebral em contexto educativo: diferenciação de metodologias e de estratégias**. Millenium, 42; 2012.

FERRAZ, J. S; PAN, M. A. S. G. **Letramento e Paralisia Cerebral**. SEE, Paraná; 2008.

VIGOTSKI, L. S. **A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. STORER, Márcia Regina de Souza. **O desenvolvimento cognitivo das crianças com síndrome de Down à luz das relações familiares**. Psicologia: Teoria e Prática, 2002.

SANTANA, R. S. **Ressignificação da prática pedagógica: aprendizagem do número numa perspectiva inclusiva**. Unb. Brasília – DF, 2010.

ALVES, Z. M. M. B; SILVA, M. H. G. F. D. **Análise Qualitativa de dados de entrevista: uma proposta**. Paidéia, FFCLRP – USP. Rib. Preto, 2, Fev/Jul, 1992.

FRASER, M. T. D. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. Paidéia, 2004

OLIVEIRA, M. L. **VIGOTSKI E A DEFESA DAS COMPENSAÇÕES DAS DEFICIÊNCIAS**. A Cotidianidade Do Ensino Especial em Tempos de Inclusão: em Defesa da Aprendizagem que Conduza ao Desenvolvimento, como parte da produção do Material Didático Pedagógico, pertencente às atividades do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, 2008. <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2305-6.pdf>>

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Catálogo de Materiais Pedagógicos Adaptados da Fundação Catarinense de Educação Especial**. - São José, SC: FCEE, 2009.

ANEXOS

ANEXO 1 - ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. **APRESENTAÇÃO:** Apresentação livre e pessoal.
2. **CONHECIMENTO TEÓRICO SOBRE O TEMA:** O QUE JÁ SABE SOBRE A INCLUSÃO? E SOBRE A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL? E SOBRE A INCLUSÃO DO DEFICIENTE INTELECTUAL? AONDE APRENDEU ISSO? QUEM TE AJUDA A PENSAR SOBRE ISSO? COMO ESSAS QUESTÕES DEVERIAM SER DISCUTIDAS NA ESCOLA? O QUE DEVERÍAMOS FAZER EM TERMOS IDEAIS? QUAL O SEU SONHO NESSE SENTIDO.
3. **PRÁTICA DE SALA DE AULA:** O QUE VOCÊ JÁ FAZ? O QUE TEM DADO CERTO? POR QUE DÁ CERTO? O QUE AINDA NÃO DEU CERTO? COMO PODEMOS MELHORAR ESSAS IDEIAS? QUEM TE AJUDA? COMO TEVE ESSAS IDEIAS? VOCÊ TEM EXEMPLOS/SITUAÇÕES DE ATIVIDADES/AÇÕES? CONTAR PERGUNTADO “COMO FOI? O QUE MAIS? COMO ASSIM?

ANEXO 2 - ENTREVISTA – TRANSCRIÇÃO

L - Iniciaremos agora a entrevista com a professora R, na instituição de ensino Apae do município de Barretos no dia três de novembro de dois mil e quinze há uma hora e trinta minutos. Professora... apresente-se por favor.

R - Eu sou a professora R, trabalho na instituição há vinte e nove anos, este ano estou na sala de estimulação de quatro a nove anos. Assim que conclui o magistério eu iniciei o curso de Pedagogia e comecei o estágio nas escolas e percebi que faltava algo, que não seria trabalhar com crianças ditas normais, tive a oportunidade de fazer estágio na Apae durante um mês e percebia que era aquilo que eu queria, com as crianças especiais. Gostei tanto que passei pela experiência e fui contratada pela instituição. Neste meio eu tive que me especializar mais, não somente só com o curso de Pedagogia, tive oportunidade de fazer um curso, nas férias, em Jaú e fiquei apaixonada pelo trabalho, daí em diante eu fiz vários cursos na área depois que

terminei a Pedagogia, logo em seguida também eu comecei a fazer o curso de Psicopedagogia, mas sempre percebendo que faltava algo. Mais tarde eu comecei a fazer, na especialização mesmo, da deficiência, eu fui pra Lins pra fazer a faculdade na área de Educação Especial que era magistério para deficientes mentais e conclui a faculdade, no prazo de um ano e meio, onde passava os finais de semana, na sexta-feira a noite e aos sábados o dia todo, dedicando ainda mais nessa área, sempre fui apaixonada. Percebia que amava o que fazia, estou até emocionada de falar sobre isso (choro – neste momento tivemos que dar uma pausa para que a Roberta pudesse se recompor)

Eu sempre estudando e lendo muito. No início de dois mil e treze eu dei continuidade num novo curso de Neuropsicopedagogia e Educação Especial, para atender melhor, para entender, desculpa, o funcionamento do cérebro na neurociência para melhor entender o aluno no processo da aprendizagem e tanta outras síndromes que surgem a cada dia, mas é provado que o professor ele dever buscar sempre o conhecimento através de cursos e muita leitura, sabendo que não existe receita pronta, vamos descobrindo com isso melhores caminhos, buscando, porque nós professores não sabemos tudo, somos eternos aprendizes.

Me desculpa mais eu fiquei emocionada, gosto muito de trabalhar nessa área. Depois na Apae trabalhei com crianças na fase de alfabetização, que conclui o trabalho, onde conclui o trabalho e essas mesmas crianças eram incluídas na rede municipal, para dar continuidade no processo de aprendizagem junto as outras crianças o trabalho é muito gratificante, com isso esse ano fez vinte e nove anos que trabalho só na Apae e catorze anos me dediquei a rede estadual, em salas de recurso. Trabalhando na Apae percebi que o importante é ver de perto acontecer o processo de aprendizagem desses alunos, na rede municipal e estadual e com isso eu tive a oportunidade de trabalhar primeiro no estado, que antigamente eram as classes especiais que recebiam esses alunos, onde ficavam excluídos, segregados, tanto pela escola, quanto pela família. Mas o trabalho era fantástico, porque sempre procurei elevar a auto estima desses alunos, mostrando que eles eram importantes e capazes de realizar os seus sonhos que era aprender.

Diante dessa experiência, atuante em sala de aula, eu sempre percebi que o professor além da busca pelo saber, ele tem que gostar do que faz, amar, ter paciência e dedicação, porque assim temos condições de acreditar e ver no aluno o tanto que ele é capaz, mesmo diante de tantas limitações. Digo sempre, querer é poder. Eu posso, quero e faço, sempre acreditando no potencial do aluno, mas cada um tem o seu tempo, ritmo na aprendizagem, mas todos tem condições de aprender.

L- R, o trabalho trata-se de deficiência intelectual e você trabalha, como você disse agora, nessa primeira parte com uma turma de quatro a nove anos na Apae. O que você já sabe sobre a deficiência intelectual, qual a sua experiência nessa área, o que você pode nos apresentar.

R - A deficiência intelectual, onde a idade mental não acompanha a idade cronológica, é sempre um QI rebaixad . A idade mental é diferente é diferente da cronológica, então as atividades direcionadas ele vai fazer tudo de acordo com a idade mental e não cronológica. E estando ligado a essa deficiência, ao desenvolvimento, afetando a parte da linguagem, motor, cognitivo, mas nada impede de o aluno compreender e aprender dentro dessas limitações. Como, por exemplo, eu tenho alunos PC, com paralisia cerebral, que não falam, só balbuciam, não andam, mas apresentam cognitivo preservado, onde com a estimulação nessas áreas das percepções tátil, visual, onde é muito visual para esses alunos eles se sobressaem, eles de uma forma ou de outra eles demonstram pra você que eles estão compreendendo e eles entendem tudo que a professora fala na sala de aula. Eu sempre digo que o suporte que se inicia na Apae, desde a estimulação é primordial, porque o aluno só vai demonstrar avanço, ele vai começar desde o início recebendo todas as estimulações que ele necessita, para quando ele sair e for incluído ele tem condições de prosseguir no processo, são sanadas essas dificuldades. Eu tenho alunos, por exemplo, que passaram por mim na Apae, sendo estimulados, depois na alfabetização, mesmo dentro das suas limitações eles conseguiam. Por exemplo, eram cadeirantes com paralisia então eles tinham essa dificuldade de linguagem, controle motor, mas a família também era o suporte porque ela ajudava e dava continuidade, por exemplo, recebendo as orientações, adaptando material pra ser usado em casa, por exemplo, computador; onde o aluno não conseguia se movimentar com a parte motora, por exemplo, das mãos, mas ele conseguia fazer isso com os pés. Então hoje, esse aluno ele superou tudo isso, e hoje ele conseguiu ser alfabetizado, ele já está lá no Ensino Médio, ele já foi inserido na escola e a gente vê resultados fantásticos em relação a este trabalho. Então hoje eu digo assim: que a Apae é um suporte para esses alunos, eles estudando lá, sendo estimulados, eles tem uma base, onde eles não vão encontrar dificuldade quando eles saem pra ir pra inclusão.

Um outro exemplo muito gratificante pra mim, foi dessa “aluninha” mais nova, de quatro anos da Apae, que ela chegou, ela era quietinha, ela não se movimentava, não tinha atenção, ela não parava, nada chamava atenção dela. Hoje com um ano que ela está na Apae, ela é uma aluna que já está quase andando e o quadro dela, o diagnóstico dela apresentado na Apae era assim, porque era uma aluna que nasceu prematura, pesava um pouco mais de meio quilo,

ficou internada, com sonda, precisou fazer cirurgia cardíaca, porque também nasceu com esse probleminha, deu anóxia (falta de oxigênio no cérebro), então era uma criança que chegou completamente assim, comprometida. E com todo trabalho feito, não só na parte pedagógica, na sala de aula, como da equipe multidisciplinar: fisio, fono, T.O e psicóloga, hoje depois de um ano, essa aluna, quem viu e quem vê hoje, não fala que é a mesma aluna. Ela já tem direcionamento das atividades, ela consegue sentar, ela consegue prestar atenção, ela consegue se movimentar, ela já está dando passinhos pra andar sozinha, então isso é um trabalho muito gratificante, de toda a instituição.

L – R esta aluna que você acompanha, que você realizou este trabalho, que você acaba de nos relatar, com quantos anos ela entrou na instituição? E qual a idade dela agora?

R – A aluna entrou com três anos, o ano passado em julho e este ano fez quatro anos, faz um ano que ela está na instituição.

L – Qual é a sua visão, sobre a inclusão da criança com deficiência intelectual, na rede regular de ensino?

R – As pessoas da rede, elas não estão preparadas para recebe esses alunos – na maioria das vezes. Elas acham que é só colocar o aluno lá, que isto já é inclusão. E a inclusão não funciona bem assim. A inclusão é com todos, não só os alunos, que eles são muito bem acolhidos, mas os profissionais que lá estão eles não tem conhecimento, muitas vezes, de como é a inclusão, como deveria funcionar. Muitas vezes, eles não sabem como lidar com esse aluno, eles acham que o aluno tem uma deficiência intelectual, que ele tem que ser primeiramente, diferente do outro, que ele não tem que ter regras, que ele não tem que ter limites e não é assim que funciona. Eles tem que ser respeitados, mas eles tem regras, tem limites, tudo tem que funcionar na medida certa, não é deixar a coisa acontecer a vontade.

L– R, como você baseia o seu relato, onde esse saber foi aprendido por você? Essa sua sensibilidade, essa sua visão sobre a inclusão?

Roberta – Esses relatos, são vivenciados na prática, muitos professores da sala regular pedem orientações de como lidar e direcionar o trabalho a esses alunos e também é claro participando de debates e discussões com outros profissionais, como em palestras, cursos e também lendo artigos, livros específicos da área.

L – Certo R, e como você acha que essas questões deveriam ser discutidas na escola?

R – Deveria ter um melhor preparo dos professores ou melhor dizendo, da equipe escolar, para lidar com esses alunos e mais discussões direcionadas com pessoas especializadas da área.

L – R, qual seu sonho em relação a isso?

R – Que todas as pessoas que lidam com essas crianças, entendessem a compreensão desses alunos, para que todos conseguissem chegar o máximo de cada um, dentro de suas limitações, respeitando, as dificuldades de cada um. Que todos os profissionais fossem melhor preparados para lidar com as dificuldades de cada um, fazendo com que os mesmos avançassem o máximo possível, valorizando sempre o seu maior potencial.

L – R, nesse momento da pesquisa eu gostaria de saber o que você já faz no seu trabalho como professora, com crianças com deficiência intelectual, tanto na Apae como também na rede regular de ensino também é seu outro âmbito de trabalho.

R – Eu desenvolvo meu trabalho na Apae no lúdico, brincando e estimulando ao mesmo tempo. Uso material concreto, estimulando o eu da criança, partindo para o todo. Por exemplo, frente ao espelho, eu e o aluno, direciono o olhar, a atenção, percepção tátil, visual, auditiva, entre outros, com o foco do aluno para o objetivo principal da brincadeira. Com isso a estimulação acontece a todo instante, pelo fato do diálogo constante, meu com o aluno.

Já o meu trabalho desenvolvido na sala do APE, que é o atendimento pedagógico especializado, o foco também é individual, mas um pouco diferente por serem alunos maiores e estando na fase escolar. Me direciono a alfabetização, trabalhando junto a auto estima e valorização do eu.

L – R, o que tem dado certo na sua prática pedagógica e porque você acredita que tem dado certo?

R – Eu percebo que a atividade que mais funciona é o acompanhar o aluno, elogiando cada conquista, por exemplo, se ele tem sucesso na realização de alguma tarefa, todos comemoram esta realização, elogiando e incentivando avançar cada vez mais, seja por um simples sorriso, batida de palmas e outras. Da mesma forma isso acontece com os alunos mais velhos do APE – Atendimento Pedagógico Especializado – que gostam e se sentem mais motivados para enfrentar novos desafios, quando são estimulados e elogiados.

L – Dentro da sua prática pedagógica, da sua metodologia de trabalho, tem algo que ainda não deu certo?

R – O que já chegou a não dar certo na prática pedagógica, é pedir aos pais, que deem uma continuidade em casa de trabalho de rotina, estimulando o aluno a hábitos diários como, estimulando diálogos e atividades de vida diária, como alimentação higiene, entre outros. São poucos os pais que contribuem com essas atividades importantes. No APE, no atendimento pedagógico especializado, uma das atividades que alguns alunos não desenvolvem muito bem, é a parte de falar da família, pois muitas vezes são discriminados no âmbito familiar.

L – O que você acha que poderia ser feito para melhorar essas ideias, que não deram certo?

R – Ao meu ver falta empenho e comprometimento da família, pois o nosso trabalho necessita do apoio e colaboração. Alunos com pais presentes, o resultado é observado mais rápido. Cito o exemplo de uma aluna que faz somente um ano que está na Apae, os pais são muito comprometidos e o trabalho é conjunto, família e escola, por isso chegamos ao resultado que chegamos agora. A mãe sempre pergunta: está acontecendo isso; estou observando avanço na minha filha, o que eu posso fazer pra ajudar?

E eu como profissional, sempre estou orientando, para que cada dia mais ela avance, o que ela tem condições de avançar, então a família é muito presente.

No APE, no atendimento pedagógico especializado, eu já tenho um aluno, aonde era um aluno triste, não tinha iniciativa, desmotivado, mas ele me surpreendeu, porque ele conseguiu avançar, lógico que foi um avanço mais lento, mas ele conseguiu avançar na sua auto estima, na sua autonomia, ele consegue sentar e concluir a atividade, coisa que ele não conseguia antes, mas a família não dá um apoio, um suporte que deveria dar; fica somente pra escola, para sala do atendimento.

L – O que você acha que foi importante no avanço desse aluno, como você nos disse a família não acompanha muito de perto, não auxilia muito a sua prática. O que você acha que fez com que ele tivesse essa mudança, mesmo sem o apoio da família?

R - Trabalho muito com conscientização, em rodas de conversas, onde deixo ele falar o que está sentindo, assim trabalho a valorização do eu, para que o aluno sinta que pode e é capaz de realizar tudo o que lhe é proposto, para uma aprendizagem de sucesso, mesmo sem o apoio da família.

L – Você tem exemplo de situações, de atividades, realizadas por você?

R – Na Apae, atividade do espelho, eu mostro as partes do rosto, cantando uma música, a música descreve as partes, enquanto vou mostrando com a própria mãozinha da criança. O

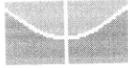
objetivo da atividade é a identificação das partes do corpo, expressando a noção de esquema corporal, na própria criança e depois avançando, localizando todas as partes.

L – Você poderia cantar essa “musiquinha” pra nós?

R – Põe a mão na cabeça, tira. Pega nas orelhinhas, tira. Vamos pegar no narizinho, cadê o narizinho? Tira. Pega na boquinha....e assim por diante.

Na sala do APE, do atendimento pedagógico especializado, desenvolvo um projeto durante o ano que se chama: os aniversariantes do mês, onde são tiradas fotos de atividades com os alunos, e essas fotos são expostas em porta-retratos, na sala durante o mês, no final de cada bimestre é feito um bolo, salgadinho, brigadeiro e comemorados todos os aniversariantes daquele bimestre. Com esta atividade eles se sentem valorizados, importantes e reconhecidos o que reflete, significativamente, nas outras atividades. Esses porta-retratos são entregues aos alunos no final do ano, como um presente de natal.

ANEXO 3 – ACEITE INSTITUCIONAL



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. Lúcia Bettoni, da *Apae – Barretos SP*, está de acordo com a realização da pesquisa **O TRABALHO DO PROFESSOR NA ESTIMULAÇÃO DE UMA CRIANÇA COM PARALISIA CEREBRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, de responsabilidade do(a) pesquisador(a) Luma Maira Vieira, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. Mirian Barbosa Tavares Raposo.

O estudo envolve a realização de entrevista semiestruturada do atendimento pedagógico com a professora Roberta. A pesquisa terá a duração de 1 dia, com previsão de início em 13:30 e término em 15:00.

Eu, Lúcia Elena F. T. Bettoni (nome completo do responsável pela instituição), APAF de Barretos (cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados, declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Barretos (local), / / (data).

Lúcia Elena F. T. Bettoni
 Nome do (a) responsável pela instituição

Lúcia Elena F. T. Bettoni
 Assinatura e cargo do(a) responsável pela instituição
 Diretora Pedagógica
 RG: 14.742.889

ANEXO 4 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a), Roberta

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre o trabalho do professor na estimulação de uma criança com paralisia cerebral na educação infantil. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista semiestruturada com gravação de áudio (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

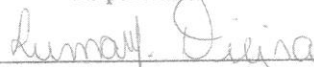
Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como os áudios da entrevista (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (17) 981423986 ou no endereço eletrônico lumamaira99@gmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.



Assinatura do Pesquisador



Assinatura do Professor

Nome do Professor: Roberta Cristina da Silva

E-mail(opcional): isacarasilva@hotmail.com